

Planejamento e território: o impacto dos Jogos Olímpicos na produção do espaço urbano do Rio de Janeiro

Planning and territory: the impact of the Olympic Games on the production of urban space in Rio de Janeiro

Felipe Buller Bertuzzi(1); Grace Tibério Cardoso(2)

1 Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), Campo Grande, MS, Brasil.

E-mail: arq.felipebertuzzi@gmail.com | ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0539-606X>

2 ATITUS Educação, Passo Fundo, RS, Brasil.

E-mail: grace.cardoso@atitus.edu.br | ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1779-4631>

Revista de Arquitetura IMED, Passo Fundo, vol. 11, n. 2, p. 34-59, julho-dezembro, 2022 - ISSN 2318-1109

DOI: <https://doi.org/10.18256/2318-1109.2022.v11i2.4974>

Sistema de Avaliação: *Double Blind Review*

Como citar este artigo / How to cite item: [clique aqui/click here!](#)

Resumo

Quaisquer intervenções urbanas impactam a paisagem e a estruturação morfológica de uma cidade. No caso dos Grandes Projetos Urbanos (GPUs), essa interferência é ainda mais evidenciada. O objetivo deste artigo consiste em verificar a percepção ambiental de pessoas-chave acerca das mudanças urbanas ocasionadas após a instauração de um GPU, os Jogos Olímpicos de 2016, após três anos de sua implantação. Verificou-se que, apesar de algumas melhorias pontuais na infraestrutura viária, de transporte e no aumento da oferta imobiliária devido a construção de novos edifícios, as intervenções olímpicas acarretaram no fortalecimento da segregação socioespacial dos indivíduos. Promoveu-se a realocação de residências em diferentes pontos da cidade, por consequência da construção do Parque Olímpico do Rio de Janeiro.

Palavras-chave: Produção do espaço urbano; Grandes Projetos Urbanos; Jogos Olímpicos; Morfologia Urbana; Percepção da população.

Abstract

Any urban interventions impact the landscape and the morphological structure of a city. In the case of Large Urban Projects (GPUs), this interference is even more evident. The purpose of this article is to verify the environmental perception of key people about the urban changes caused after the establishment of a GPU, the 2016 Olympic Games, three years after its implementation. It was found that, despite some occasional improvements in road infrastructure, transportation and in the increase in the real estate supply due to the construction of new buildings, the Olympic interventions resulted in the strengthening of the socio-spatial segregation of individuals. The relocation of residences in different parts of the city was promoted, as a result of the construction of the Olympic Park in Rio de Janeiro.

Keywords: Urban space production; Large Urban Projects; Olympic Games; Urban Morphology; Perception of the population.

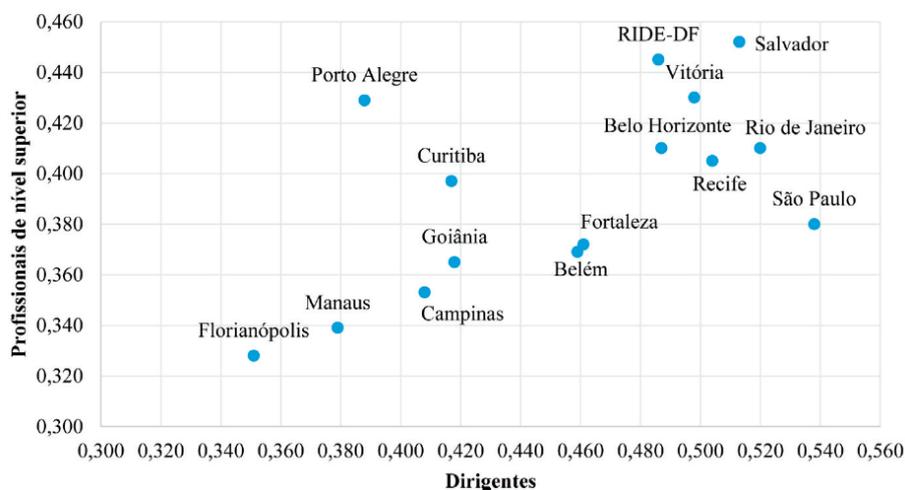
1 Introdução

Ao longo do século XX, a prática urbana no Brasil evoluía de diferentes formas. Por volta de 1930, discutia-se nas grandes cidades o conceito de “cidade ideal”, a partir de planos de embelezamento - como o alargamento de vias, por exemplo. Posteriormente, em meados de 1950, o crescimento populacional e o espraiamento na maioria das cidades norteava a criação de infraestruturas voltadas ao funcionamento urbano, fomentadas pelos planos diretores e planos de desenvolvimento urbano (VILLAÇA, 1999; PIRES, 2010).

No caso da cidade do Rio de Janeiro, o período entre 1950 e 1970 foi de um alto crescimento populacional, conseqüente da aceleração da industrialização e da diminuição dos índices de mortalidade (RIBEIRO, 2015). Processo que desencadeou a diferenciação da organização social do território: a segregação socioespacial (MARICATO, 2011).

Ao comparar o nível de segregação com algumas capitais brasileiras, verificou-se que a cidade carioca pertencia às categorias que apontam os maiores índices desta segregação (Figura 1).

Figura 1. Relação dos níveis de segregação entre diferentes capitais brasileiras



Fonte: Ribeiro (2015).

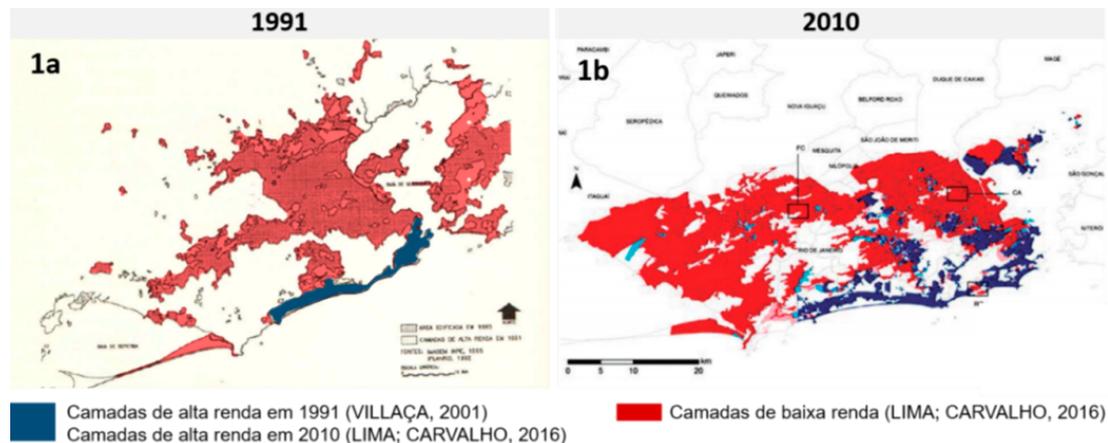
Na visão de Caldeira (2001), tal distinção socioterritorial foi ainda mais evidente a partir da migração dos habitantes de áreas centrais para as regiões mais periféricas em condomínios fechados dotados de infraestrutura própria e sustentados pela facilidade de deslocamento adquirido pelo transporte individual.

Fato que ocorreu no Rio de Janeiro/RJ da década de 1970, em que predominou a violência em zonas centrais, a poluição e o trânsito intenso, motivando a migração para áreas afastadas do centro (VILLAÇA, 2001). Taschner (2015) interpretou tal fenômeno como a “auto-segregação das elites”, o que resultou em um confronto mais direto de classes, separados unicamente por cercas e muros. Exacerbou-se a priorização do

veículo próprio em detrimento da população mais pobre que se situa à margem dos principais serviços disponíveis na cidade devido às grandes distâncias a percorrer.

Em um comparativo entre os anos de 1991 e 2010 é ilustrado esse processo de migração das camadas de alta renda para o interior da cidade do Rio de Janeiro (Figura 2).

Figura 2. Relação da distribuição territorial de classes mais abastadas para o interior do meio urbano, entre os anos de 1991 e 2010



Fonte: Villaça (2001) e Lima e Carvalho (2016), adaptado pelos autores (2021).

Enquanto a classe alta da cidade voltava-se em grande parte para o litoral da zona Sul (1a) – que apesar de não ser efetivamente o centro da cidade possui uma infraestrutura própria – a análise realizada em 2010 (1b) apresenta a disseminação das camadas de alta renda para o interior de toda a cidade.

Ao observar esse processo de alteração urbana, vale ressaltar que não há como desvincular a segregação espacial da social (RISÉRIO, 2013). Souza (2010) retrata esse processo de segregação como a consequência da dificuldade de se viver em comunidade, gerando intolerância, aspectos importantes que também merecem espaço na discussão relacionada ao desenvolvimento urbano, em que a determinação do espaço influi diretamente nas questões de direito à cidade.

Garantia à população que se encontra consolidada no Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001) (BRASIL, 2011), que destaca a importância de um planejamento urbano condizente com a igualdade urbana, parcelamentos do solo e edificações, a fim de garantir a efetivação do direito à cidade a todos os indivíduos (AMANAJÁS; KLUG, 2018).

Nesse mesmo contexto também se insere o conceito “gentrificação”, um processo recorrente quando se há condições de planejamento que acarretam na transferência de pessoas com uma renda relativamente mais alta para o interior da cidade, a fim de provocar o incentivo à valorização econômica da região e, conseqüentemente, um processo de substituição de classes (MENDES, 2017). À medida que um local passa a ser mais valorizado por conta dessas migrações, os habitantes de classes mais baixas tendem a se retirar - ou serem retirados -, devido aos altos preços da terra e do aumento do custo de vida na região (SMITH, 1979).

No caso do Rio de Janeiro, metrópole detentora de diferentes traçados urbanos que compõem todo o seu território, há modelos de traçados lineares e orgânicos, o que ressalta ainda mais a sua complexidade nas questões de habitação e mobilidade. Essa variabilidade de disposição no solo carioca norteia indagações acerca das facilidades e dificuldades das conexões entre as vias e as distâncias percorridas (MEDEIROS, 2016). A dificuldade está na conexão de traçados que ora são planejados, ora possuem uma lógica desprovida de planos concretos. Além disso, essas distinções geram diferentes centralidades na cidade, o que acarreta, muitas vezes, na intensificação da segregação socioespacial (NETO; NUNES, 2012).

Pensando na reestruturação da cidade para um possível recebimento dos Jogos Olímpicos, foram desenvolvidos diferentes planos para a cidade do Rio de Janeiro/RJ nas últimas três décadas (Tabela 1).

Tabela 1. Lista de planos estratégicos desenvolvidos para a cidade do Rio de Janeiro

Título do Plano	Ano de vigência
Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro “Rio sempre Rio”	1996
Plano Estratégico – Governo do Estado do Rio de Janeiro	2012-2031
Plano de Políticas Públicas – Legado	2014
Planejamento Estratégico	2013-2016
Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro	2017-2020

Fonte: Autores (2021).

Essa preparação foi extremamente importante para demonstrar ao Comitê Olímpico Internacional (COI) o anseio de sediar os Jogos Olímpicos, megaevento considerado um Grande Projeto Urbano (GPU). Dentre os objetivos, a criação de estratégias para melhorias da mobilidade urbana e de áreas turísticas, como a inserção do Ônibus de Trânsito Rápido (BRT), o Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) e a Revitalização da Zona Portuária.

Tais intervenções em grande escala influem diretamente no processo de ocupação do solo e interfere na estruturação urbana a nível local. A Revitalização do Centro Histórico de Salvador/BA (1992), o Museu Oscar Niemeyer de Curitiba/PR (2001/2002) e os Jogos Pan-Americanos do Rio de Janeiro/RJ (2004/2007) também foram alguns exemplos de GPUs desenvolvidos em longo prazo e que possuem um profundo impacto na cidade em que estão inseridos (ZANCHETI; SOMEKH, 2014).

Piquet (1998), Bortoleto (2001) e Capel (2010) denominam essas mega construções como empreendimentos amplos em dimensões físicas e receptores de altos investimentos. Inserções pontuais que objetivam fomentar a produtividade econômica local. Lungo e Smolka (2005), por sua vez, acrescentam que, além de grandes obras construídas, os GPUs também envolvem operações urbanas, as quais visam intervir e requalificar áreas de interesse. Cria-se, portanto, o discurso de uma tipologia de intervenção

no meio urbano voltado à promoção da geração de melhorias na cidade, visando o desenvolvimento e a ressignificação das distribuições sociais (LUNGO; SMOLKA, 2005).

Por outro lado, a leitura da implantação dessas construções também apresenta contradições. Os conflitos consequentes da distribuição territorial, a partir do favorecimento das incorporações imobiliárias são algumas delas (VAINER, 2013).

Essa diferenciação social torna-se consequente da delimitação dos domínios público e privado nas cidades, que muitas vezes é entendida de maneira sobreposta no caso de um GPU. Um desses exemplos é a gestão do Parque Olímpico do Rio de Janeiro. O local encontra-se atualmente disponível para o uso da população em horários pré-estabelecidos e em períodos que não possuem eventos esportivos e/ou musicais, o que o faz ser semipúblico. Desse modo, o setor público fica atrelado à garantia do uso comum pela população aos diferentes serviços fornecidos, enquanto o âmbito privado se responsabiliza pelos serviços individuais e restritos de eventos pontuais (MONTANER; MUXI, 2014).

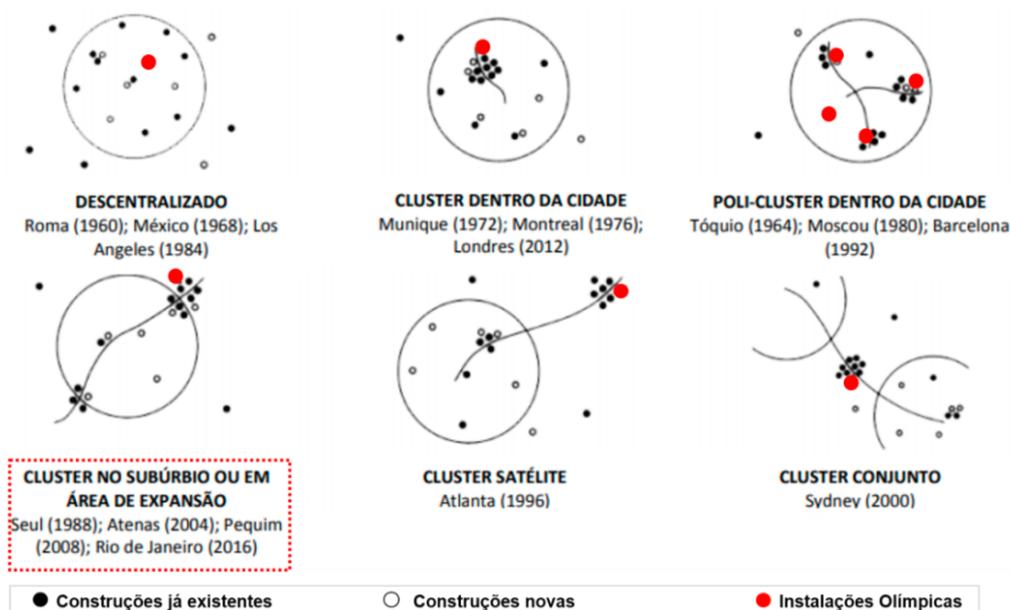
Contudo, o que se observa ao implantar projetos de grande impacto à cidade, é uma espécie de unificação desses setores, em que o poder público cede a interesses privados em prol de objetivos em comum para a obtenção de lucros em prol da atratividade turística e econômica da cidade (CAPEL, 2010; OLIVEIRA; FERNANDES, 2011).

No caso do Rio de Janeiro/RJ, os GPUs relacionados aos Jogos Olímpicos de 2016 foram distribuídos em toda cidade. Foram construídas e reformadas diversas instalações, nas regiões do Maracanã, de Deodoro, de Copacabana e da Barra da Tijuca. Dentre as intervenções, incluíram-se alterações viárias com a definição de novos fluxos e o impulso do setor imobiliário.

Com o intuito de limitar os resultados deste artigo, optou-se por evidenciar a região da Barra da Tijuca, localidade que obteve as maiores alterações no seu entorno. Tal decisão coincide com o estudo de Liao e Pitts (2006), os quais definiram modelos de agrupamento das instalações olímpicas na malha urbana das cidades-sede do século XX.

Por terem sido palco da maioria das modalidades esportivas realizadas em 2016, as instalações do Parque Olímpico do Rio de Janeiro foram definidas como área de subúrbio afastada do centro da cidade (Figura 03).

Figura 3. Distribuição de *clusters* (agrupamentos) ao longo de algumas cidades-sede dos Jogos Olímpicos.



Fonte: Liao e Pitts (2006), adaptado pelos autores (2021).

Ao verificar os conceitos já trazidos nesse trabalho, é possível perceber que pensar a cidade sob as perspectivas social e territorial demanda grande esforço de problematização, síntese e análise. As consequências das escolhas feitas no espaço urbano dependem das decisões tomadas no contexto em que são pensadas e executadas, gerando um legado¹, uma herança à cidade.

Sabendo que as consequências de um GPU podem influir no rumo da cidade do Rio de Janeiro/RJ, tornou-se necessário avaliar essas implicações no meio urbano a partir de três instâncias: o planejamento, a execução e o uso posterior dessas intervenções, deixando claro que ainda é necessário ampliar essas discussões em trabalhos futuros.

Com base nos argumentos apresentados, o presente artigo teve como objetivo verificar a percepção ambiental de pessoas-chave acerca das mudanças urbanas ocasionadas após a instauração dos Jogos Olímpicos de 2016, mais precisamente do Parque Olímpico do Rio de Janeiro, após três anos de sua implantação.

2 O processo de implantação dos Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro/RJ

Após análises do Comitê Olímpico Internacional (COI) e de estudos mais aprofundados nos projetos propostos para os Jogos Olímpicos de 2016, o Rio de

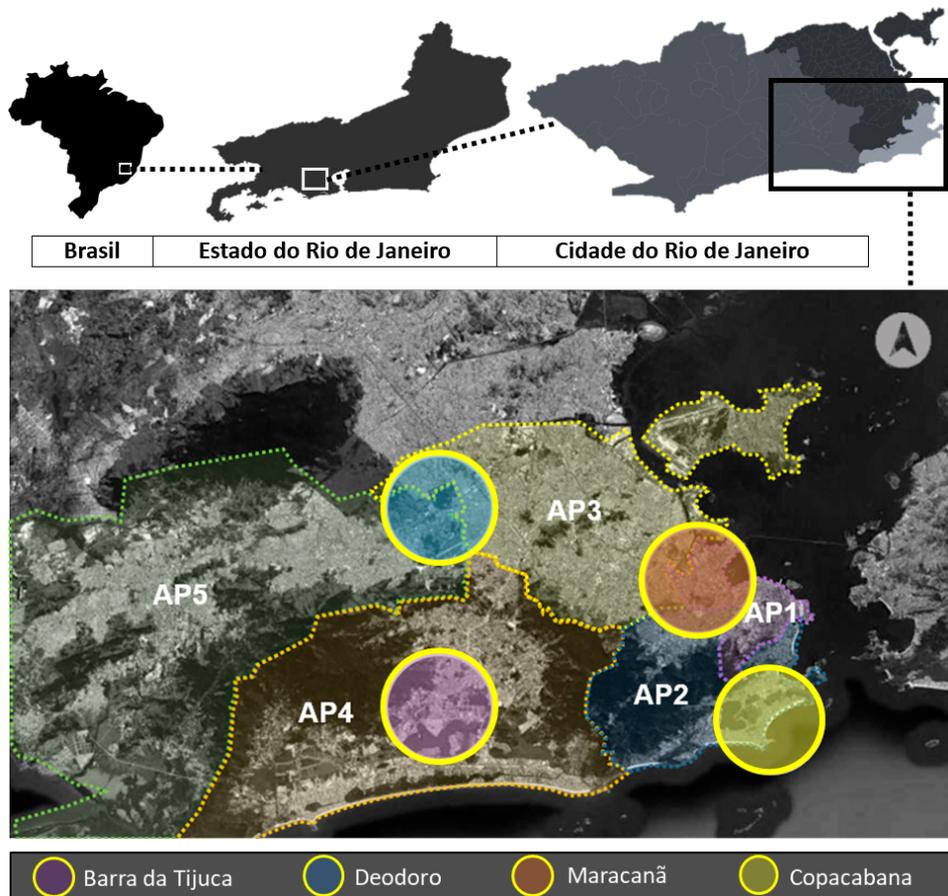
1 O legado na visão de Preuss (2007) tem consequência em um grande raio de abrangência, compreendendo efeitos de origem física e ambiental, social ou cultural, psicológica, política e também administrativa.

Janeiro/RJ foi escolhido como a primeira cidade da América do Sul a receber uma edição dos Jogos Olímpicos. Na sequência, as autoridades começaram a pensar e a organizar toda a dinâmica necessária para a concepção dos Jogos, dentro de um prazo de sete anos (JORNAL GAZETA DO POVO, 2009; MASCARENHAS, 2016).

Sustentados pelo contexto de transformações urbanas com a resolução de problemas na área de mobilidade e incentivados pelas exigências específicas COI, foi necessário subdividir as instalações esportivas para os Jogos em quatro subcentralidades no Rio de Janeiro/RJ. Tal processo consistiu em readequar espaços que já havia sido sede para outros acontecimentos e construir novos locais que possibilitassem desenvolver as diversas competições esportivas (BERTUZZI, 2020).

Para isso, tais subcentralidades foram alocadas em um contexto de Áreas de Planejamento (APs) já existentes na Legislação Municipal do Rio de Janeiro/RJ (RIO DE JANEIRO, 1981; RIO DE JANEIRO, 1998). Desse modo, as subdivisões olímpicas foram inseridas na Zona Portuária/Centro (AP1) (Região do Maracanã), Copacabana (AP2), Jacarepaguá/Barra da Tijuca (AP4) e Região de Deodoro (AP5), segundo o Decreto nº 3157 de 23 de julho de 1981 que delimita os bairros por Região Administrativa na cidade (Figura 4).

Figura 4. Esquema de localização das subcentralidades olímpicas, sobreposto às Áreas de Planejamento (AP's) da cidade do Rio de Janeiro



Fonte: Prefeitura do Rio de Janeiro (2021), adaptado pelos autores (2021).

No que se refere à organização territorial, as regiões de Deodoro (AP5) e do Maracanã (AP1) encontram-se na Macrozona de Ocupação Incentivada, a qual garante um estímulo às construções diversificadas, tais como residenciais e comerciais. Ao contrário da região de Copacabana (AP2), que parte da Macrozona de Ocupação Controlada e tem seus índices limitados à reabilitação de edificações já existentes. Por outro lado, a região da Barra da Tijuca (AP4), inserida na Macrozona de Ocupação Condicionada, permite ampliações desde que compatíveis às redes de infraestrutura locais. Visualiza-se, portanto, localidades com diferentes realidades, tendenciadas pelo estímulo da Zona Norte e Zona Oeste da cidade (RIO DE JANEIRO, 2011; PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO, 2019).

Zona Oeste que engloba a Região da Barra da Tijuca, local com a maior permanência de atletas para treinamentos e competições, como os pavilhões do Rio Centro (REDE NACIONAL DO ESPORTE, 2020). Além disso, a região abrigou a Vila Olímpica, local de estadia dos atletas durante os Jogos. Para a Região da Barra também foi desenvolvido o projeto de um Parque Olímpico que pudesse comportar três períodos: o modo Jogos, voltado para a concepção da infraestrutura durante o evento, seguido da promoção do modo Legado à cidade, por meio do fomento ao uso e apropriação do espaço construído para o Parque. Entre essas duas etapas estava o Período de Transição, que serviria de ligação entre os dois momentos (PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, 2011).

Ao dar funcionalidade a uma área de 120 hectares, a empresa inglesa AECOM - vencedora do concurso para o desenvolvimento do projeto do Parque Olímpico - adequou o local para receber cerca de 150 mil pessoas durante os Jogos. Sob a perspectiva de legado, o projeto previu a transformação do Parque em uma via central que gerasse um parque linear para ser usufruído pelos residentes e visitantes. Somado a essas transformações no local, a empresa também incluiu em seu projeto a projeção de novos empreendimentos no entorno dessa via.

A fim de aproveitar edificações já construídas para os Jogos Pan-Americanos de 2007, propôs-se para os Jogos Rio 2016 a reutilização da Arena Multiuso, do Centro Aquático Maria Lenk e do Velódromo, com o intuito de promover as mesmas competições já desenvolvidas em 2007. Dessa forma, o projeto de implantação englobaria desde espaços para as competições olímpicas, até áreas técnicas como as centrais de transmissão e de satélite.

Conforme previsto nas diretrizes de projeto para os anos subsequentes às competições dos Jogos de 2016, foram propostas alterações nos usos do Parque Olímpico com modificações previstas para os anos de 2017 e 2028 ao incluir projeções de edificações residenciais, corporativas e institucionais (Figura 5) (AECOM, 2020).

Figura 5. Mapa representativo da projeção de legado para os anos subsequentes



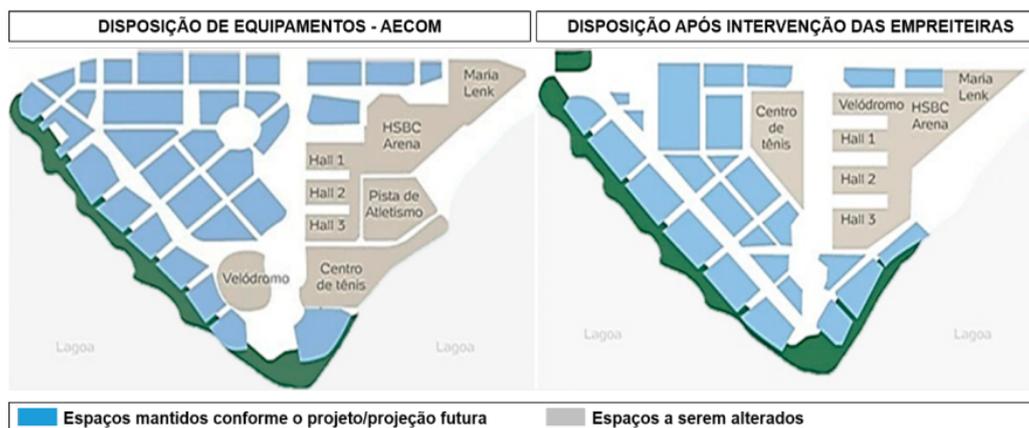
Fonte: IAB (2013), adaptado pelos autores (2021).

No entanto, para beneficiar empreiteiras, o projeto inicialmente idealizado pela empresa AECOM sofreu alterações no que diz respeito às disposições dos equipamentos ao longo do Parque. Segundo o Jornal Folha de São Paulo, essas alterações ocorreram após a licitação sem que houvessem as devidas formalizações cabíveis, com a finalidade de executar a obra diferentemente do projeto inicial (JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO, 2016).

Na concepção do projeto vencedor da licitação, procurou-se manter o Velódromo, que já havia sido utilizado nos Jogos Pan-Americanos de 2007, necessitando apenas de adequações para os Jogos Olímpicos. Contudo, após as alterações de projeto, verificou-se que o Velódromo e o Centro de Tênis foram realocados a pedido das empreiteiras que previam oportunidades imobiliárias próximas à Lagoa de Jacarepaguá (Figura 6).

Figura 6. Relação entre a proposta vencedora desenvolvida pela empresa AECOM e a nova distribuição espacial do Parque, a partir das intervenções das empreiteiras.

Nota-se uma alteração de setorização, a partir da realocação do Velódromo e do Centro de Tênis



Fonte: Jornal Folha de São Paulo (2016), adaptado pelos autores (2021).

Após a fase de desenvolvimento e ajustes na concepção do projeto, o projeto alterado foi seguido integralmente. As obras tiveram início no ano de 2013 e foram concluídas em meados de 2016 (Figura 7).

Figura 7. Mapa representativo da evolução das obras ao longo dos últimos anos. Inicialmente em 2012, o Autódromo Nelson Piquet, o qual deu origem ao Parque Olímpico



Fonte: Bertuzzi (2020).

A Vila Autódromo, considerada uma comunidade do Rio de Janeiro/RJ, localizava-se às margens da Lagoa de Jacarepaguá, formada por 450 famílias (ARCHDAILY, 2013a). Ao observar a Figura 08, é possível perceber que os projetistas propuseram uma reurbanização da área destinada aos moradores no canto superior esquerdo do Parque, visto que grande parte deles estava situada em uma Área de Preservação Permanente (APP), próxima à Lagoa de Jacarepaguá.

Figura 8. Esquema comparativo entre o último ano de apropriação da Vila Autódromo antes de serem removidos e a projeção de locação das moradias para os anos futuros



Fonte: IAB (2013) e Google Earth (2012), adaptado pelos autores (2021).

Entretanto, ao contrário do que propuseram os projetistas, muitos moradores residentes da orla da Lagoa de Jacarepaguá foram remanejados para diferentes locais da cidade (FAULHABER; AZEVEDO, 2015). Considerado um centro de resistência de moradores após passar por várias tentativas de remoções, os moradores da Vila Autódromo precisaram ser realocados nos anos anteriores à edição olímpica (FAULHABER; AZEVEDO, 2015).

Desse modo, em oposição às remoções impostas pelo município, as famílias situadas na Vila Autódromo – comunidade lindeira ao Parque Olímpico - se mobilizaram para tentar barrar essas ações. Com base nisso, foi desenvolvido o “Plano Popular da Vila Autódromo”, a partir do apoio de universidades do Rio de Janeiro/RJ e em conjunto com moradores e profissionais de diferentes áreas de atuação (Figura 9) (ARCHDAILY, 2013).

Figura 9. Relação entre a proposta da empresa AECOM para o projeto do Parque Olímpico (à direita da figura) e a idealização discutida e analisada pelas famílias da Vila Autódromo (à esquerda). Verifica-se ali, a defesa pelo pertencimento no espaço ao longo do tempo, somado às decisões projetuais que a legitimam. Vê-se, portanto, a luta pela participação da sociedade no processo de projeto.



Fonte: Archdaily (2013).

A partir desses acontecimentos, revela-se oportuno atentar para uma transformação urbana aliada à responsabilidade social, sem diferenciações de classes e privilégios transferidos a poucos, objetivando promover legados que atendam a distintos campos sociais (GRATTON; PREUSS, 2008). Vazquez (2016) destaca as interferências urbanas ocorridas a partir do ano de 2009, no Rio de Janeiro/RJ, como sendo uma repetição da concepção dos planos já idealizados para os Jogos Pan-americanos de 2007, os quais já vislumbravam a desapropriação de locais próximos a áreas visadas para a implantação de atividades esportivas olímpicas.

Para as análises morfológicas e as características físicas do parque Olímpico, foi realizado um diagnóstico do entorno do empreendimento olímpico, tomando como base o raio de abrangência de 500 metros a partir do perímetro da área de implantação do objeto de estudo (Figura 10).

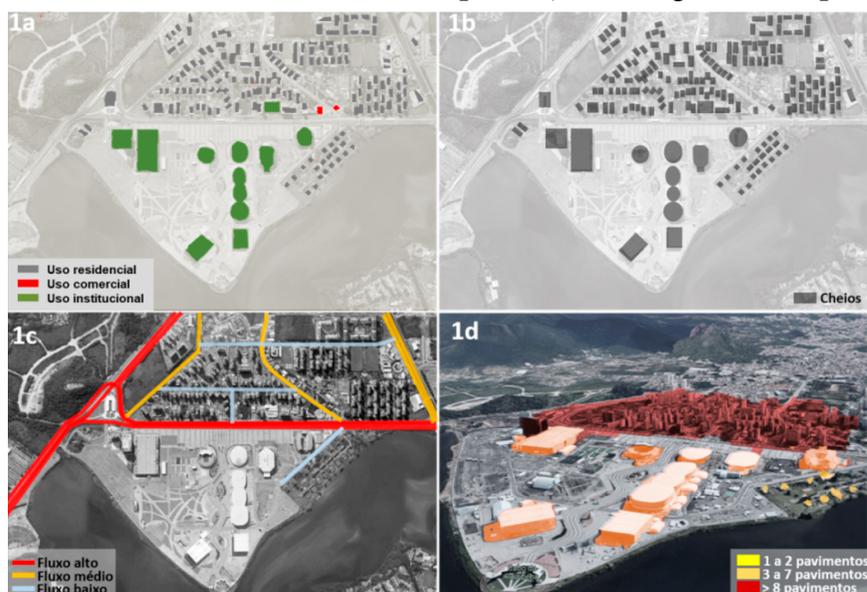
Figura 10. Mapeamento do raio de abrangência utilizado a partir das subcentralidades olímpicas



Fonte: Autores (2021), com base em imagens de satélite do Google Earth (2021).

Verificou-se que a promessa de evolução de serviços comerciais e institucionais promovidos pelo anúncio da região da Barra da Tijuca como palco das competições e de muitos investimentos com expectativas de avanços na economia da cidade fomentou o desenvolvimento imobiliário a partir da implantação de prédios residenciais em frente ao empreendimento esportivo (Figura 11), aumentando o fluxo da região (1c) ao preencher as áreas lindeiras do Parque Olímpico (1b).

Figura 11. Análise física da área de implantação na região de Copacabana



Fonte: Autores (2021), com base em imagens de satélite do Google Earth (2021).

Por outro lado, a própria área do Parque – que prevê a construção de um imenso condomínio vertical no futuro – ainda apresenta muitos espaços vazios, com utilização parcial e em diferentes momentos do ano, como eventos esportivos e musicais muito pontuais.

3 Procedimentos metodológicos

Foi incorporado ao trabalho o método de entrevista semiestruturada, com o intuito de verificar as percepções positivas e negativas, sentimentos, pensamentos e/ou conhecimentos diversos sobre o Parque Olímpico, três anos após a sua implantação (Zeisel, 1981).

A aplicação do método foi direcionada a integrantes da Subsecretaria de Legado Olímpico do Rio de Janeiro e a moradores da comunidade Vila Autódromo com papel significativo de pertencimento e luta pelo espaço de moradia, visando apreender as percepções desses indivíduos frente às transformações urbanas da cidade promovidas pelo megaevento (Tabela 2).

Tabela 2. Entrevistas semiestruturadas realizadas no mês de agosto de 2019, na cidade do Rio de Janeiro

Entrevistas	Data	Local
Moradores da Comunidade Vila Autódromo	07/08/2019	Comunidade Vila Autódromo
Engenheiro da Subsecretaria de Legado Olímpico	08/08/2019	Subsecretaria de Legado Olímpico – Parque Olímpico do Rio de Janeiro
Comunicóloga da Subsecretaria de Legado Olímpico	08/08/2019	Subsecretaria de Legado Olímpico – Parque Olímpico do Rio de Janeiro

Fonte: Autores (2021).

As entrevistas semiestruturada foram guiadas por um roteiro de perguntas pré-estabelecidas permeadas sobre os seguintes temas:

Comunidade Vila Autódromo:

- a. Como classifica esta região antes, durante e depois da instalação do Parque Olímpico? E o que mudou de mais importante em todo esse processo?
- b. Na sua opinião, quais foram os benefícios/prejuízos que o Parque Olímpico trouxe para o Rio de Janeiro/RJ?

Subsecretaria de Legado Olímpico:

- a. Qual a relação entre a implantação dos Jogos Olímpicos e a população do Rio de Janeiro/RJ?
- b. Transformações urbanas ocorridas na cidade;
- c. Propostas de legado;

- a. Inserção e gestão do Parque Olímpico;
- b. Efeitos do legado atual;
- c. Remoções oriundas dos Jogos Olímpicos.

4 Resultados e discussões

As entrevistas à Comunidade da Vila Autódromo (Figura 12) foram aplicadas a quatro moradores representantes de um universo das 20 famílias remanescentes do espaço, aos quais se propuseram a responder às perguntas de forma individual.

Figura 12. Localização da Comunidade Vila Autódromo



Fonte: Google Earth (2021), adaptado pelos autores (2021).

A percepção transmitida por eles em relação às estruturas do Parque Olímpico demonstrou um sentimento de repulsa, conseqüente do processo de retirada da população local para a construção do empreendimento. Devido a isso, não consideram a megaestrutura como uma área de lazer, tampouco não a veem como um espaço voltado ao público em geral, mas destinada a uma parcela mais elitizada da sociedade, que tem possibilidade de pagar os ingressos para shows e eventos. Para eles, o local é utilizado somente por moradores privilegiados que moram em frente, visto que a locomoção também é difícil para o acesso de habitantes vindos de outras regiões da cidade.

Segundo os moradores, se a estrutura fosse voltada a uma parcela maior da população, o espaço funcionaria para eventos destinados às comunidades, utilizando as piscinas e espaços para treinamentos. Os entrevistados têm o conhecimento de que algumas ações até existem, como aulas de judô e academia pública, porém quando há um evento de grande porte, estes usos são paralisados. Inclusive, as poucas atividades realizadas no local não possuem uma ampla divulgação, resumindo-se unicamente a avisos em cartazes anexados no portão principal do Parque. O estudo de Silva e Reis (2018) também remete essa insatisfação com o fato do local não possuir a divulgação das atividades gratuitas e estar fechado durante os dias úteis da semana.

Ainda na opinião dos moradores, ao contrário do que foi amplamente divulgado pela mídia e pelos governantes, a proposta de legado não existe por não considerar

a existência das classes mais vulneráveis lindeiras aos empreendimentos olímpicos. Segundo os moradores, os Jogos Olímpicos deveriam ser implementados em locais onde já existem estruturas para isso, para que não houvesse novas intervenções radicais como as ocorridas na Vila Autódromo e em outros pontos da cidade.

A mobilidade urbana foi intensificada na região por meio do BRT. No entanto, os moradores da Vila Autódromo destacam o aumento da insegurança após a implantação de estações do BRT próximas ao Parque Olímpico. Isso porque houve depredações por vândalos após o megaevento, resultando na subutilização deste transporte por parte de muitos residentes.

Apesar de não frequentarem o Parque Olímpico, os moradores apontaram com intensidade a falta de interesse pela parte interna do Parque. A ausência de banheiro para as áreas externas e a falta de venda de água e demais alimentos são alguns dos pontos citados. Além disso, o que dificulta a permanência das pessoas no espaço é a ausência de áreas externas sombreadas, resultados já observados no trabalho publicado por Bertuzzi e Tibério Cardoso (2018).

Além desses pontos, os moradores compararam a realidade da comunidade antes, durante e depois da implementação dos Jogos Olímpicos na cidade (Figura 13).

Figura 13. Sintetização das respostas dos entrevistados na comunidade Vila Autódromo



Fonte: Autores (2021).

Como já mencionado, é evidente uma mudança brusca na região de implantação do Parque, desde as construções de novas edificações com o fomento da especulação imobiliária e a remoções de moradores. Apesar dessas interferências, a comunidade afirma que as 20 famílias remanescentes conseguiram permanecer devido ao acionamento de questões judiciais, sustentados pelo direito à moradia que garantiram o pertencimento ao local.

Por outro lado, buscou-se indagar a visão técnica de todo o processo, a fim de estabelecer relações as percepções dos moradores. Na entrevista realizada com o engenheiro da Subsecretaria de Legado Olímpico do Rio de Janeiro, foi possível discutir sobre a implantação dos Jogos Olímpico na cidade, bem como as alternativas de uso futuro para as estruturas. Enquanto funcionário da prefeitura, o engenheiro

acompanhou tanto a construção do Parque, desde a demolição do Autódromo, como a escritura dos lotes em nome da Concessionária Rio Mais. A entrevista aconteceu na própria subsecretaria, localizada em uma das arenas do Parque Olímpico.

Segundo o engenheiro, as instalações são geridas por diferentes instâncias (Figura 14).

Figura 14. Relação entre os gestores e as estruturas do Parque Olímpico

RIO MAIS	AGLO	PREFEITURA	COB	GL EVENTS
Dona dos terrenos	Centro de Tênis Velódromo Arena Carioca 2 Arena Carioca 1	Arena Carioca 3 Via Olímpica Estádio Aquático Arena do Futuro	Centro Aquático Maria Lenk	Jeunesse Arena

Fonte: Autores (2021).

A divisão se dá entre a Concessionária Rio Mais (dona dos terrenos, empresa que construiu o Parque Olímpico), o Comitê Olímpico do Brasil (COB), a empresa GL EVENTS, a Prefeitura Municipal e a AGLO – e que agora está a cargo do Ministério da Cidadania, por meio da Secretaria de Esportes². Há reuniões de condomínio mensais com o objetivo de administrar os conflitos, problemas e discutir sobre os rumos de todo o espaço.

Como já visto, o projeto de implantação do Parque Olímpico foi desenvolvido pela empresa inglesa AECOM. Segundo o engenheiro, a proposta contemplou somente uma prospecção de como as instalações poderiam ficar a longo prazo, não se tratando de um projeto efetivo. Com base nessa proposta inicial, foi desenvolvido o Projeto de Alinhamento de Loteamento (PAL)³ pela prefeitura do Rio, o qual inclui 30 lotes privados. Segundo ele, houve uma Parceria Público-Privada (PPP) para que a construção do Parque Olímpico pudesse ser concebida, a qual visou a separação da área em lotes para vendê-los posteriormente, a fim de fomentar o mercado imobiliário.

O projeto realizado pela prefeitura também compreendeu a implantação de áreas de lazer como quiosques e a inclusão de novas quadras. Todavia, trata-se de planos a longo prazo, já que a execução instantânea inviabilizaria a realização de grandes eventos, como o *Rock in Rio* e o *Game XP*, por exemplo. Como contrapartida à utilização dessas áreas, esses eventos particulares pagam a Taxa de Uso de Área Pública (TUAP) para o uso das áreas públicas. Caso sejam usufruídos espaços privados já comprados por investidores, os proprietários devem ser contatados para que sejam feitos acordos de locação.

O que se observa a partir desses relatos são prioridades à execução de eventos pontuais no Parque, os quais garantem recursos financeiros para a gestão de parte de

2 Essa alteração na gestão de algumas estruturas do Parque ocorreu ao longo de 2019. Apesar dessas mudanças, a AGLO continua exercendo suas funções temporariamente – com o quadro de colaboradores reduzidos – porém submissa a outras esferas públicas até que uma nova autarquia seja criada.

3 Por se tratar de um documento de uso restrito, o mesmo não poderá ser divulgado no presente trabalho.

algumas edificações, mas que fortalecem ainda mais a discrepância de um imenso espaço com usos limitados (GONÇALVES 2013; MASCARENHAS, 2013).

O engenheiro ressalta que o fato do Parque Olímpico ainda não ter se tornado um loteamento (com divisões por ruas e empreendimentos imobiliários), transfere à população a sensação de uma grande área abandonada. Com isso, a imagem transmitida a sociedade é de subutilização do espaço, devido às grandes extensões do local. Ressalta, ainda, que mesmo com a delimitação de terrenos para futuras construções residenciais e comerciais previstas a longo prazo, a Via Olímpica – área central do Parque – continuará à disposição da sociedade, mesmo que tenham outros empreendimentos no local.

Enquanto isso não ocorre, o entrevistado afirma que são desenvolvidos diversos usos diários de treinamentos esportivos no Parque. Essas atividades, promovidas pelo Serviço Social do Comércio (SESC), encontram-se disponíveis à comunidade servindo como contraturno às práticas escolares, como por exemplo o Judô. Segundo ele, foi montado um posto médico e uma academia pelo SESC (disponível todos os dias). Atualmente, a academia conta com 600 pessoas matriculadas gratuitamente e com possibilidade de escolha do horário para as atividades físicas. No entanto, quando têm grandes eventos no Parque Olímpico, o SESC transfere as atividades para as escolas.

Observa-se que o fomento do esporte e de atividades físicas à comunidade geral é, sem dúvida alguma, um legado que pode ser compreendido como bem-sucedido. Contudo, a limitação dessas práticas em prol de eventos particulares retira a credibilidade desses serviços, os quais vêm acontecendo em diferentes períodos do ano.

A entrevista também incorporou a discussão sobre a incumbência da AGLO frente ao empreendimento que, meses antes da entrevista, passou por uma reestruturação em sua gestão. Segundo o entrevistado, o objetivo central da Autarquia Federal se resumia a desenvolver estudos de privatização das arenas do Parque Olímpico a fim de desonerar o poder público. Algumas dessas ações já foram realizadas, como é o caso do Centro Aquático Maria Lenk, que foi destinado ao COB e a Jeunesse Arena, que foi cedido para o Grupo GL Events. Porém, esses dois anos de gestão da AGLO não foram suficientes para finalizar este projeto. Além disso, é a Autarquia que coordena as Arenas 1 e 2, e oferece treinamentos esportivos para os interessados, que devem levar somente o material, como bola e raquete, por exemplo. Já a área central do Velódromo é destinada a treinamentos e competições de cadeirantes.

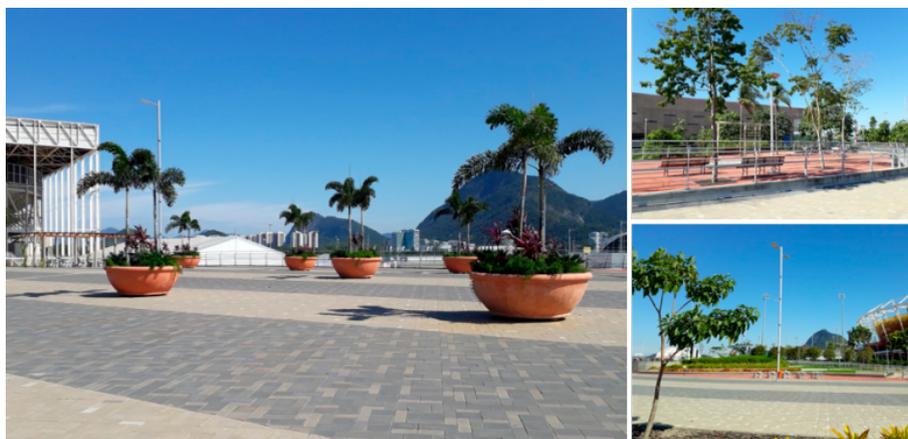
Em termos de projeções futuras existem estudos em andamento. O engenheiro ressalva que apesar do Estádio Aquático e da Arena do Futuro estarem atualmente inutilizadas pela Prefeitura Municipal, a Arena Multiuso 3 está sendo aproveitada para treinamentos e eventos sociais. Em termos de propostas futuras, tem-se como projeção a utilização dessa Arena para a implantação de um Ginásio Experimental Olímpico (GEO), com o intuito de unir serviços escolares às práticas esportivas. No entanto, a situação financeira da cidade impede esta execução.

Mesmo com a busca constante por confederações que utilizam o espaço, o uso do Parque Olímpico se torna restrito, resultando em muitos espaços ociosos. O entrevistado entende que sediar um megaevento resulta em grandes gastos que podem não garantir um retorno financeiro no futuro. Isso porque torna-se dificultoso encontrar uma empresa que entenda que o espaço poderá render lucros. Por outro lado, destaca como ponto positivo na implantação do Parque Olímpico a unificação de uma grande área passível de garantir a reorganização de um espaço [antigo Autódromo de Jacarepaguá] ao criar novos locais públicos e privados.

Em relação à apropriação do Parque Olímpico como um todo, o entrevistado observa que a alteração na proposição de legado ainda não aconteceu por causa de duas situações: a paralização do mercado imobiliário, e o pouco incentivo ao esporte e à utilização das áreas de treinamento. Para ele, demorará de 15 a 20 anos para começar a surgir prédios na área do Parque.

Além disso, devido às grandes distâncias, o engenheiro supõe que os residentes de outros bairros dificilmente utilizarão as áreas de lazer do Parque Olímpico. Inclusive, quando questionado sobre o atual funcionamento do Parque Olímpico, o entrevistado destacou que o espaço tem baixa adesão da população devido ao desconforto no período de verão. Para o engenheiro, o Parque foi projetado sem a construção de obstáculos que pudessem obstruir a visão, visando a segurança e a prevenção de riscos de atentados em um aglomerado de pessoas. Isso justifica o fato de não terem sido plantadas muitas árvores no local (Figura 15).

Figura 15. Vegetação disposta pelo Parque Olímpico do Rio de Janeiro/RJ



Fonte: Autores (2021).

Segundo ele, os indivíduos que não utilizam o Parque geralmente não conhecem as atividades desenvolvidas no dia a dia. Infelizmente, por falta de recursos, não há nenhum meio de divulgação, como um site, por exemplo, das práticas ocorridas no local. O engenheiro reconhece que a comunicação ainda é falha, sendo que o único diálogo existente com o público é uma placa afixada em frente aos portões, indicando à população o fechamento da área nos períodos dos eventos. Inclusive, é a placa no acesso

ao Parque que contém informações sobre o horário de funcionamento, o qual abre às 7h da manhã e fecha às 22h da noite (Figura 16), vigiado por um guarda municipal.

Figura 16. Horário de funcionamento do Parque Olímpico



Fonte: Autores (2021).

Em relação às intervenções urbanas do entorno, foram duplicadas as duas avenidas principais, as Avenidas Salvador Allende e Abelardo Bueno. Mesmo assim, o acesso até o Parque Olímpico em dias de grandes eventos continua sendo limitado, necessitando um controle mais rígido no trânsito. O engenheiro aponta que a alternativa de deslocamento sugerida pelas autoridades é por meio do transporte público (como ônibus e BRT) ou pela ciclovia ali inserida, visando promover a redução no fluxo de veículos e solucionar a falta de estacionamento próximo.

Na relação entre o Parque e a comunidade Vila Autódromo, o entrevistado entende que hoje há uma relação pacífica com as 20 famílias remanescentes. Na época das remoções, referiu que as mesmas ocorreram de forma voluntária, uma vez que a Prefeitura pretendia retirar somente as casas dispostas à margem da lagoa de Jacarepaguá, Área de Preservação Permanente (APP) pela legislação da cidade. No entanto, houveram moradores que viram a situação como possibilidade de receber indenizações para que pudessem se mudar para apartamentos (na estrada de bandeirantes). Por fim, a previsão de indenizar algumas famílias acabou gerando a necessidade de ressarcir cerca de 500 famílias do local. Na visão dele, a comunidade era irregular, sem saneamento, sem pavimentação das vias, com muitas subdivisões de terrenos e insalubre.

Em relação às alterações posteriores ao megaevento, houve o fechamento de hotéis próximos ao Parque, visto que no dia a dia não há necessidade de oferecer hospedagem em grande quantidade na região, porque via de regra a procura e o interesse dos turistas se dá por áreas mais conhecidas, como Copacabana e Ipanema. Inclusive, a Ilha Pura (Antiga Vila Olímpica dos Atletas), considerada um terreno privado com 7 condomínios, teve seu custo reduzido. No que tange às vendas de imóveis posteriormente aos Jogos, o engenheiro aponta que os preços caíram de R\$ 12.000/m² para R\$ 6.000/m², em razão da baixa procura pela área. Mesmo assim, há a prospecção

de movimentação da região para a promoção de áreas residenciais, comerciais e de escritórios, aumentando a oportunidade de emprego e, conseqüentemente, aumentando o número de moradores.

Por todas essas colocações, a opinião pessoal do engenheiro da Subsecretaria de Legado Olímpico é de que embora esse seja um assunto latente, o Brasil tem muitas outras necessidades e prioridades para resolver. O nível de exigência do COI é muito superior aos custos que os gestores da cidade se dispõem a gastar. Por conseqüência, tende-se a gerar o discurso no sentido do “mal-uso da máquina pública”.

Outra funcionária da Subsecretaria da área de Comunicação, aponta que todas essas alterações posteriores à implementação do megaevento fazem parte de um processo, tendo a expectativa que a população se aproprie desse espaço. Na visão dela, não se pode negligenciar o Rock *in* Rio e outros eventos para a utilização do Parque, mas concorda que esses hiatos sem utilização do espaço são prejudiciais para a construção de uma apropriação sólida. A arborização também não está condizente, sendo que algumas árvores plantadas na época não se desenvolveram, tornando-se inúteis para diminuir a forte insolação na área. Embora a ideia da Via Olímpica seja interessante, ainda há muitas áreas inutilizadas no ambiente externo.

Nesse sentido, as entrevistas puderam apresentar tanto a percepção dos moradores do entorno afetados pela inserção do Parque, como a de alguns funcionários de acordo com as suas vivências. Mesmo assim, ainda é necessário compreender a visão da população residente do Rio de Janeiro sobre as estruturas olímpicas, visto que se trata de equipamentos com investimentos públicos.

5 Considerações finais

As intervenções em prol do megaevento no meio urbano persistiram na substituição do valor do solo por conseqüência da revalidação dos locais adjacentes ao Parque Olímpico, o que fomentou a desigualdade social. Apesar da necessidade de promover o desenvolvimento urbano a partir de obras, de melhorias no setor viário, no fomento da economia e do turismo, faltou contrapor os pesos e analisar previamente as implicações de todas essas modificações, principalmente no que diz respeito à própria população.

Fato concreto que pôde ser evidenciado nas entrevistas realizadas na comunidade Vila Autódromo, em que as alterações físicas do entorno do Parque Olímpico se sobrepuseram à permanência de moradores residentes na localidade. Em outras palavras, houve a supremacia do empasse da valorização imobiliária sobre as classes menos favorecidas. A redução proposta à área de implantação da comunidade é hoje ainda mais evidenciada pela inutilização das instalações esportivas que, na visão dos gestores dessas estruturas, serviram como uma forma de organizar o território em prol do avanço imobiliário.

É de conhecimento geral que a regularização de áreas insalubres e isentas de arreamento pavimentado e saneamento adequado devem ser feitas de acordo com a legislação da cidade. Contudo, é preciso encontrar meios que permitam essas intervenções urbanas sem acarretar na perda da identidade do lugar ao promover realocações em outros pontos da cidade. É extremamente imprescindível que o planejamento urbano estratégico se alie e seja coerente com pautas urgentes das necessidades prioritárias, almejando sim ser referência internacional, mas a partir de exemplos voltados à erradicação da disparidade social.

No que compete à mobilidade urbana do Rio de Janeiro, houve interligações entre os bairros, como a criação do VLT e a extensão do BRT com o intuito de melhorar os deslocamentos, previstos nos planos estratégicos da última década. Alterações de traçado urbano que, ao longo do período de preparação para os Jogos, provocaram mudanças na subcentralidades urbanas.

Mesmo com algumas melhorias em prol da urbanização do Rio de Janeiro/RJ, houve a não realização de compromissos traçados em planos estratégicos, como a despoluição da Baía de Guanabara e a paralização das obras na Zona Portuária. De modo pontual às instalações olímpicas, a retirada do Estádio Aquático e o desmonte da Arena do Futuro para a construção de escolas ainda não ocorreu.

Apesar da pesquisa ter sido aplicada três anos após a execução dos Jogos Olímpicos (o que já é considerado um período de tempo relevante para as análises), sugere-se para trabalhos futuros a repetição de diagnósticos de percepção da população a longo prazo, a fim de averiguar se esses efeitos persistem ou não, perante as alterações urbanas ocorridas na cidade do Rio de Janeiro da última década.

Agradecimentos

Ao Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições de Ensino Particulares (PROSUP) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo auxílio financeiro concedido ao longo do Mestrado em Arquitetura e Urbanismo.

Ao Prof. Dr. Carlos Costa do curso de Administração da Faculdade IMED, e à estudante do curso de Psicologia da mesma instituição, Alana Urío, pelo auxílio na compilação dos dados.

Referências bibliográficas

AECOM. Bill Hanway, AECOM's Global Sports Leader, reflects on the incredible effort and multidisciplinary expertise required to deliver Rio's 2016 Olympic and Paralympic Games masterplan, 2020. Disponível em: <https://www.aecom.com/aecom-rio-2016/>. Acesso em: 30 out 2020.

AMANAJÁS, R.; KLUG, L. Direito à cidade, cidades para todos e estrutura sociocultural urbana, 2018. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8622/1/Direito%20%c3%a0%20cidade.pdf>. Acesso em: 01 fev 2021.

ARCHDAILY. O Direito à Cidade em disputa no Rio de Janeiro: O caso do Plano Popular da Vila Autódromo, 2013. Disponível em: https://www.archdaily.com.br/br/01-127066/o-direito-a-cidade-em-disputa-no-rio-de-janeiro-o-caso-do-plano-popular-da-vila-autodromo?ad_medium=gallery. Acesso em: 12 jan 2021.

BERTUZZI, F. B. *Percepção e observação do ambiente construído: investigação do legado olímpico após as transformações urbanas na cidade do Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado. Passo Fundo: IMED, 2020.

BERTUZZI, F. B.; TIBÉRIO CARDOSO, G. Apropriação e qualidade no ambiente construído: A percepção do usuário frente aos usos no espaço livre, 2018. In: XIV ENEPEA - ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO DE PAISAGISMO EM ESCOLAS DE ARQUITETURA E URBANISMO NO BRASIL. *Anais do XIV ENEPEA - Encontro nacional de Ensino de Paisagismo em Escolas de Arquitetura e Urbanismo no Brasil*. Santa Maria: ENEPEA, pp. 270-281.

BORTOLETO, E. M. A implantação de grandes hidrelétricas: desenvolvimento, discurso e impactos. *Revista Geografares*, Vitória, v. 1, n. 2, pp. 53-62, 2001.

BRASIL. *Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2011: Institui o Estatuto da Cidade*. 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LEIS_2001/L10257.htm. Acesso em: 05 jan. 2021.

CAPEL, H. Os Jogos Olímpicos, entre Urbanismo, Marketing e Consensos Sociais. *Cadernos Críticos de Geografia Humana*, Barcelona, v. 15, n. 895, pp.742-798, 2010.

FAULHABER, L.; AZEVEDO, L. *SMH 2016: Remoções no Rio de Janeiro Olímpico*. Rio de Janeiro, Mórula, 2015.

GONÇALVES, G. R. A lógica do “elefante branco”: obsolescência programada do espaço na Copa de 2014. *Ateliê Geográfico*, Goiânia, v. 7, n. 3, pp. 240-256, 2013.

GOOGLE EARTH. Vila Autódromo. 2012. Disponível em: <https://earth.google.com/web>. Acesso em: 08 jan. 2021.

GOOGLE EARTH. Parque Olímpico do Rio de Janeiro. 2021. Disponível em: <https://earth.google.com/web>. Acesso em: 08 jan. 2021.

GRATTON, C.; PREUSS, H. Maximizing Olympic Impacts by Building Up Legacies. *The International Journal of the History of Sport*, London, v. 25, n. 14, pp. 1922-1938, 2008.

IAB. 1º Lugar Concurso Parque Olímpico: Um protagonista global. 2013. Disponível em: <http://www.iab.org.br/projetos/1o-lugar-concurso-parque-olimpico-um-protagonista-global>. Acesso em: 13 dez. 2020.

JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO. Prefeitura do Rio muda Parque Olímpico para favorecer Odebrecht e parceiros. 2016. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/esporte/olimpiada-no-rio/2016/04/1760470-prefeitura-do-rio-muda-parque-olimpico-para-favorecer-odebrecht-e-parceiros.shtml>. Acesso em: 10 dez. 2020.

JORNAL GAZETA DO POVO. Olimpíada de 2016 será no Rio de Janeiro. Com um projeto orçado em R\$ 28,8 bilhões, capital fluminense supera Chicago, Madri e Tóquio. América do Sul sediará os jogos pela primeira vez na história. 2009. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/esportes/olimpiada-de-2016-sera-no-rio-de-janeiro-bx904g8k5gfpdq697nptgl2dq/>. Acesso em: 12 out. 2020.

LIAO, H.; PITTS, A. A brief historical review of Olympic urbanization. *The International Journal Of The History Of Sport*. London, v. 23, n. 7, pp.1232-1252, 2006.

LIMA, C.; CARVALHO, S. de. Escalas da desigualdade urbana: a cidade do Rio de Janeiro e as favelas. *Cadernos do Desenvolvimento Fluminense*. Rio de Janeiro, v. 1, n. 11, pp. 11-23, 2016.

LUNGO, M.; SMOLKA, M. Land value and Large Urban Projects: The Latin American Experience. 2005. Disponível em: <https://www.lincolninst.edu/publications/articles/land-value-large-urban-projects>. Acesso em: 13 dez. 2020.

MARICATO, E. *Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana*. Petrópolis, Vozes, 2011.

MASCARENHAS, G. Londres 2012 e Rio de Janeiro 2016: Conceito e realidade na produção da cidade olímpica. *Revista Continentes (UFRRJ)*, Rio de Janeiro, ano 2, n. 3, pp. 52-72, 2013.

MASCARENHAS, G. Rio de Janeiro 2016: a cidade em movimento. *Revista USP*, São Paulo, v. 1, n. 108, pp. 49-56, 2016.

MEDEIROS, V. A. S de. A rua e a rede de caminhos: reflexões sobre a mobilidade urbana em cidades brasileiras. *Revista do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais*, Belo Horizonte, v. 34, n. 3, pp. 19-33, 2016.

MENDES, L. Gentrificação turística em Lisboa: neoliberalismo, financeirização e urbanismo austeritário em tempos de pós-crise capitalista 2008-2009. *Cadernos Metrópole*, São Paulo, v. 19, n. 39, pp. 479-512, 2017.

MONTANER, J. M.; MUXI, Z. *Arquitetura e política: ensaios para mundos alternativos*, São Paulo, Gustavo Gili, 2014.

NETO, A. L. da; NUNES, R. de L. Traçado Urbano e Criminalidade Carioca: Aspectos Históricos da Favelização do Rio de Janeiro. *Espaço Aberto*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, pp. 39-54, 2012.

OLIVEIRA, L. A. de; FERNANDES, A. B. Espaço público, política e ação comunicativa a partir da concepção habermasiana. *Revista Estudos Filosóficos*, São João del Rei, n. 6, pp. 116-130, 2011.

PIQUET, R. *Cidade-Empresa: presença na paisagem urbana brasileira*. Rio de Janeiro, Zahar, 1998.

PIRES, H. F. Planejamento e intervenções urbanísticas no Rio de Janeiro: a utopia do Plano Estratégico e sua inspiração catalã. *Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales*, Barcelona, v. 15, n. 895, pp. 742-798, 2010.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Município do Rio de Janeiro. Concurso Público Internacional para a seleção do melhor Plano Geral Urbanístico (Master Plan) para o Parque Olímpico Rio 2016, na Barra da Tijuca, Rio de Janeiro – RJ, 2011. Disponível em: <https://autodromodejacarepagua.files.wordpress.com/2010/05/00-pqo-edital.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2020.

PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO. Legislação Bairro a Bairro. 2019. Disponível em: <http://mapas.rio.rj.gov.br/>. Acesso em: 20 set. 2020.

PREUSS, H. The conceptualization and measurement of mega sport event legacies. *Journal of Sport & Tourism*, London, v. 12, n. 3-4, pp. 207-228, 2007.

REDE NACIONAL DO ESPORTE. Região Barra. 2020. Disponível em: <http://www.rededoesporte.gov.br/pt-br/megaeventos/olimpiadas/instalacoes/barra>. Acesso em: 12 dez. 2020.

RIBEIRO, L. C. de Q. *Rio de Janeiro: transformações na ordem urbana*. Rio de Janeiro, Letra Capital, 2015.

RIO DE JANEIRO. Decreto nº 3157, de 23 de julho de 1981: Retifica limites das regiões administrativas. 1981. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rj/r/rio-de-janeiro/decreto/1981/315/3157/decreto-n-3157-1981-retifica-limites-das-regioes-administrativas>. Acesso em: 5 jan. 2021.

RIO DE JANEIRO. Lei nº 2654 de 5 de junho de 1998: Cria a XXXIII Região Administrativa - Realengo e dá outras providências. 1998. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/rj/r/rio-de-janeiro/lei-ordinaria/1998/265/2654/lei-ordinaria-n-2654-1998-cria-a-xxxiii-regiao-administrativa-realengo-e-da-outras-providencias?r=p>. Acesso em: 05 jan. 2021.

RIO DE JANEIRO. Lei Complementar nº 111 de 01 de fevereiro de 2011. Dispõe sobre a Política Urbana e Ambiental do Município, institui o Plano Diretor no Rio de Janeiro e dá outras providências. 2011. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=178079#:~:text=Art.,revisto%20a%20cada%20dez%20anos>. Acesso em: 05 jan 2021.

RISÉRIO, A. *A cidade no Brasil*. São Paulo: Editora 34, 2013.

SILVA, G.; REIS, A. T. Uma Análise Exploratória sobre a localização de Equipamentos Olímpicos e seus Usos Pós-Jogos do Rio de Janeiro 2016. *Urbana*. Campinas, v. 19, pp. 30-49, 2018.

SMITH, N. Toward a theory of gentrification: a back to the city movement by capital not people. *Journal of the American Planning Association*, London, v. 45, pp. 538-548, 1979.

SOUZA, M. L. de. *ABC do desenvolvimento urbano*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

TASCHNER, S. P. Desigualdade e Segregação na Metrópole: Rio de Janeiro em tempo de crise. 2015. Disponível em: <https://www.observatoriodasmetrosoles.net.br/desigualdade-e-segregacao-na-metropole-rio-de-janeiro-em-tempo-de-crise/>. Acesso em: 01 fev 2021.

VAINER, C. Grandes projetos urbanos. Significados e formas de avaliação. In: CUENNYA, B.;

NOVAES, P.; VAINER, C. *Grandes projetos urbanos. Olhares críticos sobre a experiência argentina e brasileira*. Porto Alegre/Buenos Aires: Maquatroeditora e editorial Café de las Ciudades, 2013.

VAZQUEZ, A. C. B. Reordenamento Urbano na cidade do Rio de Janeiro: os planejamentos estratégicos a serviço do capital. In: II CONGRESSO DE ASSISTENTES SOCIAIS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *Anais do II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, pp. 1-11, 2016.

VILLAÇA, F. “Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil”. In: DEÁK, C.; SCHIFFER, S. R. *O processo de urbanização no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

VILLAÇA, F. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: FAPESP, 2001.

ZANCHETI, S. M.; SOMEKH, N. Avaliação de grandes projetos urbanos: notas metodológicas sobre a análise de casos brasileiros. In: III ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO – ENANPARQ. *Anais do III Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo*. São Paulo: ENANPARQ, pp. 1-13, 2014.